

SÉRIE DE ESTUDOS

Número 2

Divulgação das Melhores Práticas em Educação Financeira e Previdenciária das Entidades Fechadas de Previdência Complementar



PREVIDÊNCIA SOCIAL

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE
PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PREVIC

1 – INTRODUÇÃO

As alterações econômicas e sociais ocorridas no Brasil e no mundo nas duas últimas décadas trouxeram novos desafios para a manutenção da segurança econômica dos indivíduos e famílias, sobretudo em uma análise de longo prazo, aumentando a relevância da tomada de decisões conscientes em relação ao consumo e poupança. No sistema de previdência complementar, seguindo a direção das recomendações internacionais¹, as preocupações recaem sobre a segurança para a fase de inatividade laboral, exigindo que ações educativas sejam conduzidas para fomentar a adesão, o aumento do nível de contribuição nos planos de benefícios disponíveis e para qualificar as suas escolhas previdenciárias tendo em vista as mudanças de vínculos empregatícios na fase acumulativa e as opções por formas de recebimento dos recursos poupados na fase perceptiva, como saque ou opção por Renda Vitalícia.

RELEVÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PREVIDENCIÁRIA NO BRASIL E NO MUNDO

No caso brasileiro, a dimensão demográfica aponta que a expectativa de vida no nascimento passou de cerca de 50 anos na década de 50 para mais de 70 anos na virada do século, um ganho de mais de 20 anos na expectativa média de vida em apenas meio século. Os resultados do censo de 2010 revelam que já somos mais de 20 milhões de pessoas acima de 60 anos, parcela ainda pequena se comparada, proporcionalmente, àquela de países europeus e outras economias maduras, colocando o desafio premente de preparar a população economicamente ativa para o processo de acumulação de recursos para a aposentadoria.

Somam-se a este cenário de aumento de expectativa de vida as mudanças macroeconômicas ocorridas no Brasil, que permitiram a ascensão social de significativa parcela de brasileiros. A emergência da chamada nova classe média, que inclui aproximadamente metade da população nacional, tem sido acompanhada de um processo de aumento da carga de endividamento das famílias, situação que exige uma postura de preparação para o uso consciente das diversas formas de aquisição de crédito, sobretudo em um ambiente de inovação de produtos financeiros direcionados a esse grupo social.

No aspecto previdenciário, por sua natureza de longo prazo, as decisões impostas à sociedade em relação à vida laboral² são distorcidas por diferenças de percepção que limitam a realização de escolhas racionais em relação à necessidade de acumulação de recursos para a cobertura e complementação de renda das famílias na fase de inatividade. Este aspecto comportamental, objeto de recentes estudos no campo da economia e da psicologia, reforça a necessidade de orientação direcionada ao combate da inércia das pessoas em relação às decisões de ordem financeira e previdenciária.

Ainda que em escala distinta da realidade nacional, cabe citar os efeitos da maior crise econômica em escala mundial sobre o bem-estar de famílias americanas e europeias. O uso indiscriminado do crédito dos americanos, diante da incompatibilidade entre nível de financiamento e capacidade de pagamento, e, na Europa, a diminuição dos modelos de *Welfare State*, com cortes de gastos públicos em saúde e previdência, corroboram com a tese da necessidade de ações educativas.

Observamos também, ao longo das últimas duas décadas, a transição dos planos de Benefício Definido (BD) para o modelo de acumulação em planos de Contribuição Definida (CD). Esse movimento foi acompanhado de um processo de maior decisão e envolvimento dos participantes, na medida em que estes passaram a poder decidir sobre o nível de contribuição a ser destinado ao plano, a melhor composição de alocação dos recursos acumulados e também sobre como receber este recurso na fase perceptiva, como um resgate ou como uma renda vitalícia.

1 Para detalhes, ver Clark et al. (2006) “Financial Education and Retirement Savings” e OCDE (2008) “Improving Financial Education and Awareness on Insurance and Private Pensions”.

2 O processo de escolhas envolvem decisões desde a admissão no primeiro emprego até o período de aposentadoria, envolvendo escolhas complexas sobre carreira, remuneração, empregabilidade, formação, orçamento e futuro.

Diante do cenário exposto e dos desafios a serem enfrentados na preparação da população em assuntos de natureza previdenciária e financeira, este artigo se coloca como uma pequena contribuição da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC no intuito de orientar e incentivar as Entidades Fechadas de Previdência Complementar a elaborarem ações educativas direcionadas a seus participantes e ao público em geral. Apresentamos também, nas seções que se seguem, uma compilação de etapas a serem observadas na construção de programas educativos e compartilhamos experiências de melhores práticas observadas nos programas já avaliados pela autarquia desde 2009.

INICIATIVAS NACIONAIS E SETORIAIS

De modo a fomentar a cultura financeira e previdenciária e fazer frente às preocupações em relação ao uso consciente do crédito e formação da poupança por parte da população, em linha com experiências na implementação de estratégias nacionais por parte de países ligados à OCDE, o governo brasileiro, inicialmente por meio do COREMEC (Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização), instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)³. A ENEF funciona como um programa permanente de Estado em âmbito nacional, atuando em ações de interesse público relacionados à educação financeira em três níveis de atuação - informação, formação e orientação.

No âmbito setorial da previdência complementar, o então Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC)⁴ publicou a Recomendação/CGPC nº 1, de 28 de abril de 2008, que incentivava a construção e execução de ações educativas no âmbito da previdência complementar fechada a serem realizadas tanto pelas entidades quanto pelo órgão supervisor. De maneira complementar, foi publicada a Instrução/SPC nº 32, de 4 de setembro de 2009, que estabeleceu os procedimentos a serem observados quando da construção, por parte dos Fundos de Pensão, e da análise dos programas de educação financeira e previdenciária por parte da PREVIC.

2 – REQUISITOS MÍNIMOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM PROGRAMA

Em linha com os procedimentos presentes no Artigo 3º da Instrução/SPC nº 32/2009, apresentamos parâmetros mínimos que devem ser observados na construção de um programa de educação financeira e previdenciária⁵. Os chamados **aspectos formais** contemplam:

1. O prazo limite de envio à PREVIC é sempre **até 31/10 (trinta e um de outubro) do ano anterior ao de referência, havendo sempre a recomendação de envio antecipado**. Assim, os programas a serem aprovados para o ano de 2013 devem necessariamente ser submetidos até 31/10/2012.
2. Caracterização simplificada da entidade, descrevendo o número de planos, de patrocinadores e o histórico de atuação. Recomenda-se a descrição das modalidades de cada plano e número de participantes inscritos em cada um.
3. Adequação e customização de ações às características dos planos de benefícios e do perfil dos participantes, assistidos e beneficiários da EFPC. Se a entidade é gestora de planos de modalidades distintas, ou possui planos de mesma modalidade mas com regras diferenciadas de acesso ao benefício, é recomendável que se façam ações específicas para tratar as especificidades dos diferentes públicos.

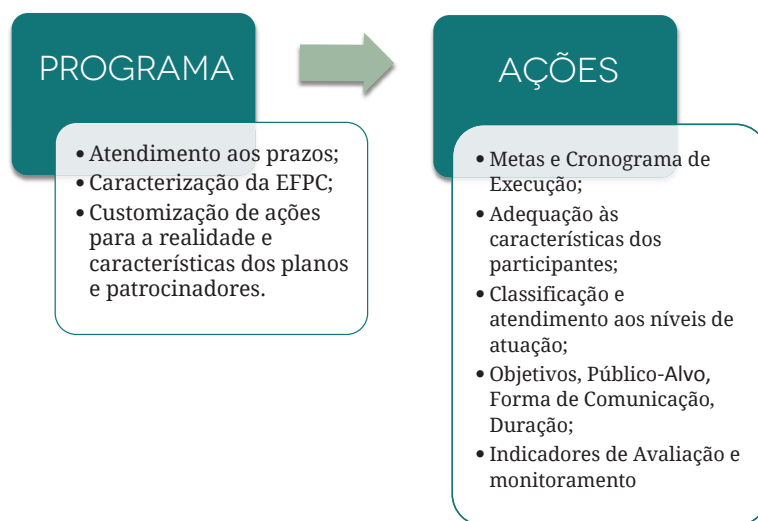
3 A ENEF foi instituída pelo Decreto nº 7.397, de 22 de Dezembro de 2010. Detalhes podem ser encontrados no endereço eletrônico www.vidaedinheiro.gov.br

4 Em dezembro de 2009 o CGPC foi extinto e em seu lugar foram criados o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e a Câmara de Recursos da Previdência Complementar (CRPC).

5 Entidades que já submeteram e tiveram seus projetos aprovados devem enviar, anualmente, relatório simplificado com as realizações e resultados da aplicação de suas ações. Para detalhes, ver artigo 4º, § 2º da Instrução MPS/SPC nº 32/2009.

4. Classificação e descrição das ações educativas que considerem os níveis de atuação:
 - **Informação:** diz respeito ao fornecimento de fatos, dados e conhecimentos específicos;
 - **Instrução:** corresponde ao desenvolvimento das habilidades necessárias para a compreensão de termos e conceitos, mediante treinamentos; e
 - **Orientação:** trata do provimento de orientações gerais e específicas para melhor uso das informações e instruções recebidas.
5. Apresentação de um Cronograma de Execução das ações propostas.
6. Apresentação dos objetivos (resultados esperados), público-alvo, forma de comunicação e duração das ações apresentadas. Quando aplicável, apresentar também o conteúdo programático. Espera-se que os objetivos e as formas de comunicação (eletrônica, redes de relacionamento, presencial, mídia impressa, etc) sejam compatíveis com o público-alvo das ações.
7. Indicadores de Avaliação e Monitoramento de cada ação. Os indicadores devem ser construídos de forma a se verificar o cumprimento dos objetivos e atingimento do público proposto para cada ação. Recomenda-se, dentre outros fatores, o acompanhamento do número de acessos e atendimentos, evolução da taxa de adesão e nível de contribuição, público de palestras, feiras e seminários.

Ou, de forma resumida:



3 – NÚMEROS DOS PROJETOS ANALISADOS

A PREVIC recebe e analisa projetos e programas de educação financeira e previdenciária desde 2009, quando foram recebidos programas de apenas 18 entidades, sendo que somente 8 tiveram planos aprovados, respondendo por 26 planos de benefícios. Nesse primeiro ano os programas apresentaram, em sua maioria, várias lacunas quanto ao atendimento dos requisitos formais básicos, baixa qualidade das informações disponibilizadas e enfoque prioritariamente de educação financeira em detrimento da previdenciária. Em geral, os primeiros programas não contavam com o envolvimento das diversas áreas da entidade e também da patrocinadora, que entendemos ser a principal parceira das ações educativas.

Em 2009, as ações educativas eram tratadas de maneira única para os distintos públicos, oriundos de diferentes modalidades de planos, necessitando de ajustes para incorporar suas especificidades. Citamos também falta de

envolvimento e de ações direcionadas aos conselheiros, que, dentro de uma visão da Supervisão Baseada em Risco (SBR), são os primeiros supervisores dos planos de benefícios oferecidos pela entidade.

Para reverter a situação da baixa participação e qualidades dos projetos submetidos naquele ano, a PREVIC empreendeu, juntamente com a SPPC (Secretaria de Políticas de Previdência Complementar), esforços de divulgação - por meio da realização de seminários de educação previdenciária e também pela participação em diversos eventos externos – de melhores práticas a serem implementadas na construção dos programas.

Os resultados alcançados desde então podem ser verificados na Tabela 1, que compila os números de programas e planos submetidos em 2009, 2010 e 2011. Hoje, 66 entidades contam com programas aprovados pela PREVIC, perfazendo 381 planos de benefícios com ações de educação previdenciária e financeira.

1

TABELA

Número de Entidades e Planos com Programas de Educação Previdenciária aprovados.

Programas	2009	2010	2011	Total
EFPC	8	23	35	66
Planos de Benefícios	26	97	258	381

Fonte: PREVIC/DIACE/CGAC – Março de 2012.

A Tabela 2 mostra que em relação à população abrangida, no acumulado, são mais de 1,5 milhão de participantes atendidos pelos programas já aprovados, representando 47% do universo de cerca de 3,2 milhões de participantes do sistema de previdência complementar fechado brasileiro.

2

TABELA

Número de participantes em Planos de Benefícios com Educação Previdenciária frente ao universo do Sistema

Participantes dos Planos com Projetos	2009	2010	2011	Total	Participantes no Sistema 2011	
					Universo	% Representação
Ativos	188.159	409.684	473.647	1.071.490	2.522.668	42,5%
Assistidos	66.451	225.724	63.181	355.356	516.993	68,7%
Pensionistas	22.095	64.490	15.008	101.593	161.302	63,0%
Total Geral	276.705	699.898	551.836	1.528.439	3.200.963	47,7%

Fonte: PREVIC/DIACE/CGAC – Março de 2012.

Consideradas as características de porte e fazendo uso dos mesmos critérios metodológicos aplicados no artigo da Série de Estudos número 1 da PREVIC⁶, as 66 entidades com projetos de educação aprovados podem ser agrupadas conforme disposto no gráfico 1, que apresenta também o número populacional de entidades existentes no grupo considerado.

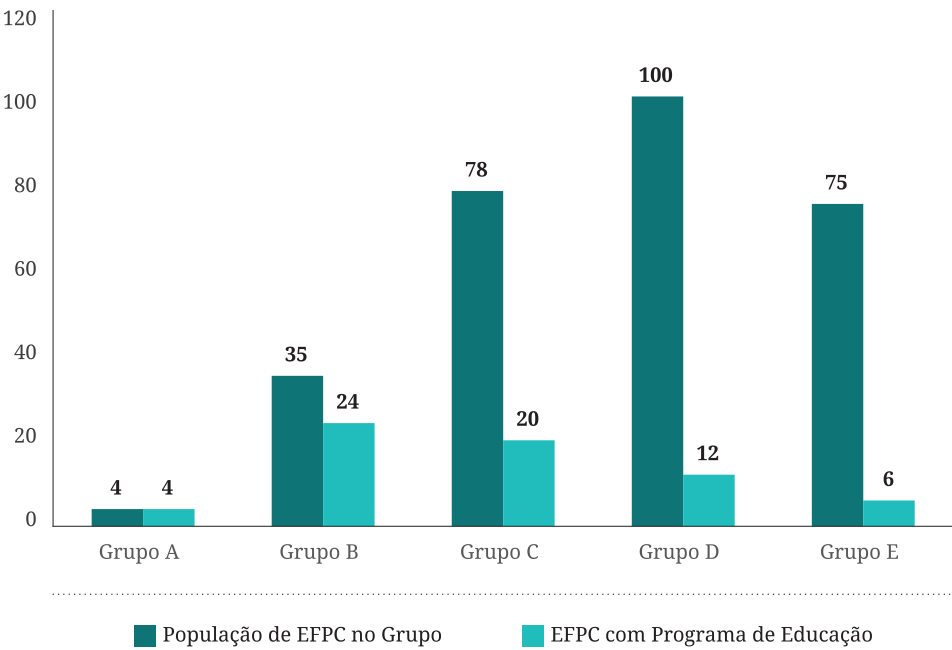
6 Série de Estudos número 1, “Divulgação das Despesas Administrativas do Exercício de 2010 das Entidades Fechadas de Previdência Complementar”. Disponível no site da PREVIC na seção de Estudos, na área relacionada a Publicações.

O gráfico 2 apresenta a abrangência percentual das entidades com projetos aprovados em relação ao total de cada grupo, evidenciando a participação diminuta de entidades de pequeno porte com projetos de educação implementados, público este que se coloca como alvo a ser enfrentado pela autarquia na disseminação de ações e melhores práticas em educação financeira e previdenciária.

1

GRÁFICO

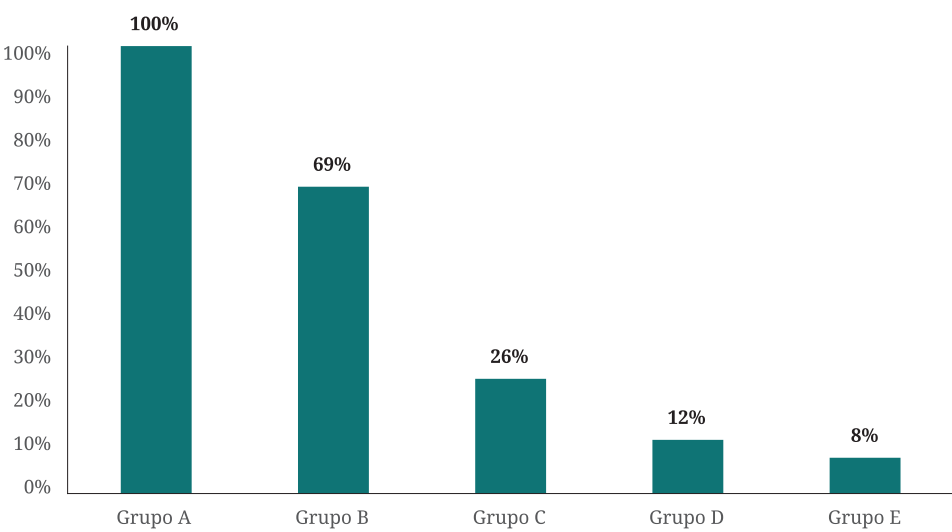
Distribuição de Entidades com projetos aprovados segundo o critério de porte



2

GRÁFICO

Abrangência percentual das Entidades com projetos aprovados segundo o critério de porte.



4 – MELHORES PRÁTICAS NOS PROGRAMAS

Durante a análise dos programas submetidos em 2011, aprovados em março de 2012, observamos várias iniciativas merecedoras de disseminação por conta do elevado nível de qualidade. Nesta seção compartilhamos algumas dessas ações, consideradas iniciativas inovadoras ou que produziram resultados bastante positivos. Na avaliação qualitativa dos programas, as ações foram apresentadas em cinco dimensões: i) Ações direcionadas aos Participantes; ii) Ações direcionadas às Patrocinadoras e/ou Instituidoras; iii) Canais/instrumentos e mídias utilizados; iv) Formas de Diagnóstico no desenvolvimento dos programas; e v) Ações direcionadas aos fóruns de governança.

Destaque-se que nem todas as recomendações e práticas apresentadas são acessíveis financeiramente às entidades. No entanto, bons programas de educação financeira e previdenciária estão presentes tanto em grandes como em pequenas entidades, o que evidencia que a alocação de recursos vultosos para esta finalidade não é necessariamente o principal diferencial. Muitas das ações que se seguem necessitam, para sua implantação, somente de uma postura proativa dos gestores e alocação de mão de obra em tempo parcial para executar as tarefas.

4.1 – AÇÕES DIRECIONADAS AOS PARTICIPANTES

Na **Dimensão Participantes**, destacamos os tratamentos dos assuntos:

- a) **Aumento de Adesão:** ações com foco na adesão de participantes;
- b) **Aumento de Contribuição:** ações com foco no aumento do valor das contribuições dos participantes;
- c) **Perfis de Investimento:** ações que visem prestar informações acerca da definição de perfis de investimentos para gestão dos recursos acumulados;
- d) **Riscos Legais:** ações que visem enfrentar demandas judiciais no sistema de previdência complementar e as consequências e prejuízos advindos desses processos para as entidades e planos, bem como informações sobre contingências judiciais em relação aos estatutos, regulamentos e a legislação em vigor;
- e) **Prestação de Contas:** ações que visem prestar informações sobre o desempenho dos planos administrados pelas EFPC com vistas aos seguintes aspectos: estratégias desenvolvidas, principais riscos administrados, gestão dos investimentos, premissas e impactos atuariais, registros e controles contábeis, retornos obtidos e despesas para o funcionamento dos planos e da EFPC;
- f) **Preparação para Aposentadoria:** ações de pré e pós-aposentadoria, direcionadas, respectivamente, à orientação e preparação do trabalhador para a fase não laborativa e à orientação dos participantes assistidos sobre mudanças no estilo de vida, regras de acesso ao benefício de aposentadoria, etc; e
- g) **Participantes Assistidos:** ações direcionadas aos participantes assistidos e pensionistas com vistas ao detalhamento das regras de seus planos, realização de eventos e ampliação dos canais de acesso à Entidade.

Destacamos, ainda, as iniciativas de: i) Incentivo à participação, como sorteios de brindes em palestras e prêmios em concursos culturais⁷; ii) Adequação das ações aos perfis (idade, escolaridade, nível socioeconômico, etc.) dos participantes, aposentados e assistidos; iii) Inclusão de ações que discutem os problemas específicos da entidade, tais como: migrações, fusão, saldamento, dados contábeis, política de investimentos etc.;

7 O uso de incentivos é descrita como uma recomendação eficaz. Para detalhes, ver Lusardi, A. “Financial Literacy and the Shift from Defined Benefit to Defined Contribution Pension Plans”.

4.2 – AÇÕES DIRECIONADAS ÀS PATROCINADORAS E/OU INSTITUIDORAS

Na **Dimensão Patrocinadoras/Instituidoras**, destacamos as ações de:

- a) **Integração:** ações integradas entre a EFPC, patrocinadoras e instituidoras para o tratamento comum de temas que afetam as políticas de pessoal;
- b) **Multiplicadores:** ações com vistas a preparar os colaboradores das patrocinadoras ou Instituidoras como multiplicadores das ações dos programas de educação financeira e previdenciária;
- c) **Fomento:** ações com foco no aumento do número de planos de benefícios, por meio da entrada de novos patrocinadores ou instituidores.

4.3 – CANAIS/INSTRUMENTOS E MÍDIAS UTILIZADOS

Na **Dimensão Canais**, destacamos o uso de ferramentas de:

- a) **Internet:** utilização da internet para orientação, disponibilização de informações ou para tirar dúvidas por meio de sites, blogs, chats, etc;
- b) **Novas Mídias:** utilização das novas mídias e vídeos para atingir públicos jovens publicando conteúdo e notícias em sites como Orkut, Facebook, Youtube, Flickr, Twitter, etc;
- c) **Jornal/Informativo:** publicação de jornal impresso ou on-line para disponibilizar informações ou para promoção das atividades do programa;
- d) **E-mail:** envio de e-mails com informações ou promoção das atividades do programa, tais como novas adesões, aumento de contribuição, ou que visem prestar contas sobre os resultados ou eventos dos planos de benefícios;
- e) **Palestras:** realização de atividades presenciais para o desenvolvimento das ações e temas específicos do programa. Recomenda-se o mapeamento do público presente e, se possível, o acompanhamento do nível de contribuição desses participantes antes e algumas semanas depois do evento;
- f) **EAD:** ações de treinamento à distância;
- g) **Quiz:** utilização de jogos de perguntas e respostas para fixação de conteúdo;
- h) **Revista em Quadrinhos:** publicação de revista em quadrinhos de forma lúdica para fixação de conteúdo ou para divulgar informações importantes.

Nesta dimensão, destacamos ainda: i) Disponibilização, no site da entidade, de fórum de discussão, chat e manual de perguntas frequentes; ii) Eventos com utilização de peças teatrais; iii) Transmissão de eventos em tempo real por meio de portal de internet.

4.4 – FORMAS DE DIAGNÓSTICO NO DESENVOLVIMENTO DOS PROGRAMAS

Na **Dimensão Diagnóstico**, destacamos o uso de:

- a) **Pesquisas:** Utilização de pesquisas para medir o grau de satisfação com relação ao programa, ações e atividades.
- b) **Mapeamento:** Levantamento quantitativo e qualitativo para segmentação de participantes segundo idade, sexo, renda, planos de benefícios, escolaridade, etc;

Destacamos ainda a ação cooperada de 13 entidades do estado de Santa Catarina que, por meio de uma associação, desenvolveram e estimularam programas de educação no estado. As entidades obtiveram ganhos de escala e redução de custos na realização de pesquisas e construção de cursos, que posteriormente foram disponibilizados

a todas aquelas participantes. Em relação às iniciativas de integração de ações, ressaltamos a necessidade de customização para tratamento de interesses e necessidades específicas de cada entidade participante.

4.5 – AÇÕES DIRECIONADAS AOS FÓRUMS DE GOVERNANÇA

Na **Dimensão Governança**, destacam-se ações de:

- a) **Formação, Qualificação e Treinamento:** Previsão de ações de formação, qualificação e treinamento direcionadas aos gestores, membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e;
- b) **Responsabilização:** Realização de ações para conselheiros e dirigentes sobre as responsabilidades sobre a gestão estratégica e operacional das EFPC. Chamando principalmente o papel destes com vistas à deliberação das políticas de investimentos, de gestão dos benefícios previdenciários, de definição das premissas e parâmetros atuariais, eficiência na alocação de recursos com a determinação de seus regulamentos, fontes de custeio e controles sobre as despesas administrativas, além das sanções administrativas, civis e penais previstas nas Legislação (Leis Complementares nº 108 e 109 e Decreto nº 4942);
- c) **Certificação:** ações educacionais com foco na obtenção de certificação previdenciária por parte de gestores e conselheiros.

Destacamos ainda as iniciativas de incentivo ao envolvimento da alta gestão na elaboração e acompanhamento do programa de educação financeira e previdenciária da entidade.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta é a primeira divulgação e compilação organizada pela PREVIC das melhores práticas observadas na aprovação de programas de educação previdenciária, tendo como objetivo principal potencializar a capacidade das EFPC criarem seus programas de Educação Previdenciária, respeitando suas necessidades e potencialidade, além de contribuir para o aumento da qualidade das ações e programas dessa natureza.

Ao longo dos últimos três anos, a PREVIC analisou dezenas de projetos submetidos e separou aqueles que se mostraram mais eficazes e inovadores para o sistema previdenciário, procurando, adicionalmente, contribuir para que esse material oriente e incentive as entidades que ainda não criaram um programa educativo, fornecendo orientações e sugestões sobre as etapas a serem enfrentadas para a construção dos projetos.

Conforme exposto, o cenário econômico-social que se coloca dá a medida da importância da preparação da sociedade para o uso consciente de instrumentos financeiros e da necessidade de acumulação de recursos para a fase não laborativa. Vários avanços já foram obtidos no Brasil e, dentro do olhar setorial da previdência complementar, os números apresentados evidenciam que cerca de 48% dos participantes ativos, assistidos e pensionistas já se encontram em entidades e planos de benefícios com projetos de educação implementados.

Entendemos que ainda resta um longo caminho a ser percorrido para a efetiva mudança de comportamento da sociedade em relação a decisões previdenciárias e financeiras, sobretudo diante da natureza de longo prazo da previdência. Para maior eficácia de implementação, é recomendada a exploração dos chamados “momentos precipícios para educar”⁸ que se colocam como oportunidades de conscientizar e sensibilizar diferentes públicos da importância da preparação financeira.

Esses momentos podem traduzir-se como situações vivenciadas por quase todos os participantes dos planos, tais

8 Tradução livre para o termo usualmente aceito “teachable moments”.

como: entrada no mercado de trabalho, promoções na carreira, alterações de estado civil, gravidez e nascimento de filhos, compra de imóvel próprio, dentre outros. Essas situações se colocam como oportunidades a serem exploradas pelas entidades para transmitir de forma mais eficaz as informações necessárias, sendo fundamental que todas as etapas visem relacionar a sua aplicação com a necessidade de conhecimento dos participantes.

Nos programas aprovados pela PREVIC foi possível observar que as entidades com programas ou ações mais eficazes balizaram suas ações no envolvimento direto dos seus gestores, na experiência das áreas de atendimento, pela vivência e participação dos seus profissionais e na busca de integração com as ações das patrocinadoras/instituidoras.

Faz-se necessário corrigir as visões estereotipadas sobre a Educação Previdenciária, principalmente aquelas que remetem a visão de custos e de alta complexidade nos programas. É fundamental que as EFPC pensem e utilizem a Educação Previdenciária como uma diretriz que desenvolva e demonstre a sua capacidade, respeitadas as suas potencialidades, de bem gerir cada plano de benefício.

A aplicação dos programas de Educação Previdenciária deve ter como horizonte o investimento em resultados efetivos para a gestão dos planos de benefícios previdenciários, provendo:

- Enfrentamento dos principais riscos administrados em cada plano; e
- O envolvimento de Gestores e Profissionais das EFPC e participantes, patrocinadores e instituidores nas políticas que garantam esse enfrentamento.

Nas entidades, o objetivo almejado pela PREVIC é que a Educação Previdenciária promova uma melhoria na gestão efetiva dos planos de benefícios previdenciários, tratando dos riscos envolvidos, dos custos administrativos relacionados, da rentabilidade das carteiras, etc. Com isso, a chamada geral é que a Educação Previdenciária deve fazer parte de uma estratégia da política Previdenciária.

O estado da arte na construção de projetos educativos ressalta a relevância de questões comportamentais no desenho das ações, possibilitando vincular o aprendizado com situações e eventos que perpassam a vida dos planos de benefícios previdenciários. Bons resultados podem ser alcançados na melhoria e aumento do número de programas educativos, sobretudo para fundos de pensão de pequeno porte, que podem, através da educação, prover acesso mais direto e qualificado aos seus participantes.

Assim, ao divulgarmos este estudo, chamamos as EFPC de pequeno porte para que, ao desenvolver seus programas, verifiquem, a partir da necessidade de seus participantes, quais são os temas que efetivamente devem ser enfrentados, buscando foco naqueles em que a entidade possua a capacidade de prover respostas efetivas.

Por fim, espera-se que as entidades de pequeno porte, nos seus programas integrem a sua capacidade orçamentária e estratégia adotada, aproveitando-se de ações já desenvolvidas por instituições de referência na formulação de políticas de educação financeira e previdenciária, que disponibilizam, algumas gratuitamente, suas experiências e matérias desenvolvidas. Nesse sentido, citamos:

1. **Programas de Educação Financeira:** ANBIMA - programa Como Investir; BM&FBovespa - programas educacionais; CVM - Portal do Investidor; ENEF - programa vida&dinheiro; IDEC - Instituto de Defesa do Consumidor e diversas Instituições Financeiras - com programas de conscientização ao consumo qualificado, bibliografia disponível e cartilhas disponíveis para a população;
2. **Programas de Educação Previdenciária:** Ministério da Previdência Social (Educação Previdenciária, Cartilhas – SPCC, Guias e Estudos – PREVIC); Abrapp/ICSS, Anapar, Anfip e demais EFPC que já desenvolveram e apresentaram seus programas de Educação Previdenciária.



PREVIDÊNCIA SOCIAL

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE
PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PREVIC